



MEDIEVALISTA

N.º 39 | Janeiro – Junho 2026

ISSN 1646-740X

**Acerca de colmeias e colmeeiros na Idade Média
(séculos XIII-XV)**

**About hives and beekeepers in the Middle Ages
(13th-15th centuries)**

Miguel Maia

Rua Almirante Reis, nº 91-A- R/C
4490-465 / Póvoa de Varzim / Portugal

info@apismaia.com

<https://orcid.org/0000-0002-2215-5682>

Data recepção do artigo / Received for publication: 7 de janeiro de 2025

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 20 de outubro de 2025

DOI: <https://doi.org/10.34619/k0ku-tbfj>

RESUMO

Entre os séculos XIII e XV, a apicultura passava por uma reestruturação produtiva e económica motivada pela crescente procura de produtos apícolas. Foi do nosso interesse explorar esta reorganização que passou, por um lado, pela vulgarização das colmeias devido às suas vantagens produtivas e, por outro lado, pelo definhar da economia de recolção de enxames silvestres de abelhas. Esta conjuntura promoveu diferentes níveis de propriedade de colmeias e uma multiplicidade de negócios apícolas, o que imprimiu uma diferenciação de tipos sociais de colmeiros. Baseado nos documentos “Arancel das malhadas” e o “Titollo das silhas” caracterizámos colmeiros contratados, urbanos, especializados e inseridos numa agricultura de policultura.

Palavras-chave: Apicultura; Cera; Colmeiro; Colmeia; Mel

ABSTRACT

Between the 13th and 15th centuries, beekeeping experienced a significant productive and economic restructuring due to the increasing demand for bee products. Our interest was to investigate this reorganization, which included, on one hand, the widespread use of hives because of their productive benefits, and on the other hand, the decline of the economy based on collecting wild bee swarms. This scenario led to various levels of hive ownership and a variety of beekeeping businesses, resulting in a differentiation of social types of beekeepers. Based on the documents "Arancel das malhadas" and "Titollo das silhas" we classified beekeepers as hired, urban, specialized, and involved in polycultural farming.

Keywords: Beekeeping; Beeswax; Beekeeper; Beehive; Honey



Introdução

Na Idade Média, o mel era utilizado como edulcorante e medicamento, e a cera de abelha em velas para iluminação de casas abastadas e na liturgia. Estes produtos apícolas tinham duas origens produtivas distintas. Uma resultava da economia de recoleção que envolvia indivíduos com rendimentos provenientes do mel e da cera silvestre; e a outra procedia da apicultura praticada por indivíduos (colmeiros) que manuseavam colmeias em apiários. Esta distinção é apoiada no seguinte pressuposto: “a colmeia é, precisamente, a peça que permite distinguir a apicultura da recoleção de mel”¹. Porém, é necessário entender que esta divisão não é nítida e concludente. Por exemplo: em algumas situações, após a retirada do mel e da cera da colmeia (cresta) seguia-se o apicídio (morte propositada do enxame), para na primavera seguinte ir-se ao monte capturar enxames silvestres que eram transferidos para colmeias.

O homem medieval estava cada vez mais dependente do cultivo de terras e assistia a uma contínua desflorestação do *saltus*, com a consequente fragmentação do habitat dos enxames silvestres. A partir dos meados do século XIII, o crescente consumo de produtos apícolas nos territórios europeus impunha a necessidade de reorganizar o manejo apícola². Reflexo disso, na Península Ibérica, a economia apícola arquitetava-se com Ordenações apícolas e Hermandades (no Reino de Castela) que protegiam do banditismo os proprietários com centenas de colmeias³.

Este interesse na apicultura arrasta para si uma diversidade de indivíduos que vêm nesta atividade uma forma de obter rendimentos. Vários estudos⁴ apontam para

¹ ROSADO, Helena Bonet; CONSUELO, Mata Porreno – “Testimonios de apicultura en época iberica”. *Verdolay* 7 (1995), p. 279.

² CRANE, Eva – *The World History of Beekeeping and Honey Hunting*. Cardiff: International Bee Research Association, 2011, pp. 212-257.

³ SÁNCHEZ BENITO, José M. – “Datos sobre la organizacion de la produccion apicola castellana en la baja edad media”. *Estudis d’Història Econòmica* 1 (1989), pp. 11-25; SÁNCHEZ BENITO, José M. – “La Hermandad de los Montes de Toledo entre los siglos XIV y XV”. *Espaço, Tempo y Forma. Serie III: Historia Medieval* 18 (2005), pp. 209-229; CARMONA RUIZ, María Antonia – “La apicultura sevillana a fines de la Edad Media”. *Anuario de Estudios Medievales* 30: 1 (2000), pp. 387-421.

⁴ APARACI MARTI, Joaquín – “Mieles y ceras valencianas. Explotación y comercio de recursos naturales desde El Maestrat y Els Ports de Morella durante los siglos XIV y XV”. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval* 22 (2021), pp. 297-317; MORÍN DE PABLOS, Jorge;

indivíduos que faziam da apicultura um modo de vida, enquanto outros possuíam um número mínimo de colmeias para autoconsumo, e outros indivíduos detinham colmeias suficientes para comercializarem produtos apícolas no mercado da região. Mas também não faltavam proprietários de colmeias absentistas que entregavam a gestão das suas colmeias a um colmeiro contratado, ou estabeleciam contratos para alugar colmeias a colmeiros. Estes estudos também identificaram colmeiros em espaços rurais e periurbanos.

De Portugal, onde a apicultura é escassamente abordada pela historiografia; alguns doutoramentos⁵, monografias⁶ e fontes impressas⁷ (não focados na apicultura) manifestaram a prática apícola por indivíduos de distintas condições sociais e a organização desta atividade através de leis, posturas e tributos. O trabalho de Maria Teresa Lopes Pereira, além de uma revisão de temas apícolas, aponta a antroponímia e toponímia como propostas complementares ao estudo da apicultura⁸. Como tal, é de

ALMEIDA, Rui Roberto de; RAMOS, Isabel Sánchez – “La apicultura en el ager de Segóbriga (Cuenca, Spain): Un caso de estudio en el centro peninsular (ss. I d.c. al XI d.c.)”. In WALLACE-HARE, David (ed.) – *New Approaches to the Archaeology of beekeeping*. Oxford: Archaeopress Publishing, Lda, 2022, pp. 79-111; MARTÍNEZ JIMÉNEZ, Javier – “Appiaria vel in civitate vel in villa: Apiculture in the Early Medieval West”. In WALLACE-HARE, David (ed.) – *New Approaches to the Archaeology of beekeeping*, pp. 159-171. SALES i FAVÀ, Luís; SAPOZNIK, Alexandra; WHELAN, Mark – “Beekeeping in late medieval Europe: A survey of its ecological settings and social impacts”. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval* 22 (2021), pp. 275-296; SALES i FAVÀ, Luís – “‘A ship loaded with honey:’ assessing the honey trade in the Crown of Aragon, fifteenth to sixteenth centuries”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 14:2 (2022), pp. 298-320; SAPOZNIK, Alexandra; SALES i FAVÀ, Luís; WHELAN, Mark – “Trade, taste and ecology: honey in late medieval Europe”. *Journal of Medieval History* 49:2 (2023), pp. 252-274.

⁵ OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de – *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008. Tese de doutoramento, pp. 334-336; FONTES, João Luís Inglês – *Da “pobre vida» à congregação da Serra de Ossa: Génesis e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012. Tese de doutoramento, pp. 88, 103; TAVARES, Maria Alice da Silveira – *Costumes e Foros de Riba-Côa – Normativa e Sociedade*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2013. Tese de doutoramento, pp. 199-202.

⁶ PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2007, pp. 447-467; CATALÃO, Duarte Nuno – *Redondo no primeiro século após a fundação (1318-1418): primórdios, declínio, ressurgimento*. Évora: Gráfica Eborense, 2017, pp. 206-208.

⁷ *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum*. Vol. 1, fasc. III-V: *Leges et consvetvdines*. Ed. Alexandre Herculano. Lisboa: Typis Academicis, 1863-1866, Doravante PMH: LC; *História florestal, aquícola e cinegética. Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelarias Reais*. vols. I a IV (1208-1521). Ed. Carlos Manuel L. Baeta Neves. Lisboa: Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas – Direcção-Geral das Florestas, 1980-1983.

⁸ PEREIRA, Maria Teresa Lopes – “O mel e a cera em Portugal, na Idade Média”. In BARATA, Maria do Rosário Themudo e KRUS, Luís (dir.) – *Olhares sobre a história. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, p. 465.

considerar os trabalhos de António Cortesão⁹ e Américo Costa¹⁰, embora, situações de polissemia e de homonímia sejam possíveis neste contexto. Adicionalmente a Arqueologia nacional contribui no estudo da apicultura através da investigação de fragmentos de potes meleiros utilizados na Idade Média¹¹ e georreferenciação de muros apiários¹².

Em tom de contribuição, este trabalho tem o objetivo de analisar a produção apícola pela dicotomia da recolha de enxames silvestres e o uso de colmeias. Por sua vez, a vulgaridade do uso de colmeias¹³ possibilita inferir sobre uma heterogeneidade social de indivíduos que possuíam distintos efetivos apícolas para diferentes fins, desde o autoconsumo à exportação de produtos apícolas. Este contexto pode ser interessante de analisar para compreender a diversidade social dos colmeiros. Com este objetivo e baseado em fontes que abordam a apicultura nacional, é de todo o interesse analisar neste trabalho os documentos “Arancel das malhadas”¹⁴ e o “Titollo das silhas”¹⁵. O primeiro documento permite inferir sobre a organização apícola concelhia (Serpa) em que as suas ordenações têm o intuito de gerir alguns conflitos entre colmeiros, tais como a lotação máxima de colmeias nas malhadas e a época anual de colocação de colmeias. O segundo documento permite conjecturar a diversidade de colmeiros em domínios senhoriais com base no tributo da cera de abelha e algumas infraestruturas apícolas.

⁹ *Onomástico medieval português*. Dir. António Augusto Cortesão. Lisboa: Imprensa Nacional, 1912, ver: Apinal, Colmeiro, Colmeal, Sella, Soderigiz, Malada.

¹⁰ *Dicionário Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Dir. Américo Costa. Porto: Civilização, 1929-1949, ver: Colmeada, Colmeal, Colmeias, Magães, Malhada, Malhadal, Silha.

¹¹ GOMES, Rosa Varela – “Potes meleiros islâmicos: Contributo para o estudo da importância do mel na Idade Média”. In ARNAUD, José Morais, NEVES, César, MARTINS, Andrea (eds.) – *Arqueologia em Portugal/2023: Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2023, pp. 1075-1084.

¹² HENRIQUES, Francisco, *et al.* – “Os Muros-apiários da Região de Castelo Branco e Zona Envolvente”. *AÇAFA On-line* 3 (2010), pp. 2-149.

¹³ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Vol. 4. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1922, p. 56.

¹⁴ COSTA, Henrique de Carvalho; VIANA, Abel – “Colmeias de Serpa, no século XV. O «arancel das malhadas»”. *Arquivo de Beja* 3/4:VI (1949), pp. 349-361; VASCONCELLOS, Francisco de Almeida – “O compromisso de registo e regra que se hade ter nas malhadas da serra grande de Serpa”. *Arquivo de Beja* 7:III-IV (1950), pp. 277-309.

¹⁵ OLIVEIRA, Luís Filipe – “O livro dos bens de Luís Mendes de Refóios em Sarzedas e na Sobreira Formosa”. In GONÇALVES, Iria (ed.) – *Paisagens Rurais e Urbanas: Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Primeiras Jornadas*. Vol. 1. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, pp. 169-205. Também abordado em VICENTE, Maria da Graça A. S. – *Entre Zêzere e Tejo Propriedade e Povoamento (séculos XII-XIV)*. Vol. I. Lisboa: Faculdade de Letras, 2013. Tese de doutoramento, pp. 191-194, 260-261.

Assim, este trabalho está dividido em duas seções. A primeira aborda e justifica as vantagens da apicultura sobre a economia de recolção dos enxames silvestres que, por vezes, são utilizadas como sinónimos. A enciclopédia de Eva Crane¹⁶ foi o suporte básico desta análise e a recolha de dados sobre o número de colmeias apoiou-se em estudos já citados. A segunda secção analisa a diversidade social dos colmeiros sustentada nos documentos “Aranzel das malhadas” e o “Titollo das silhas”. Ainda recorri a outros estudos e à base de dados do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Este trabalho tem como baliza cronológica os séculos XIII e XV, onde diversas circunstâncias motivaram o crescente consumo dos produtos apícolas e a apicultura era uma alternativa aos rendimentos de vários estratos sociais. Em suma, este trabalho procura contribuir para o estudo da apicultura medieval em Portugal.

Entre a recolção e a apicultura

A recolção dos enxames silvestres de abelhas remonta à pré-história¹⁷ e prolongou-se após a Idade Média. Foi no Antigo Egipto que se iniciou a apicultura, ao proporcionar às abelhas uma cavidade artificial (colmeia) para a construção de favos¹⁸. Na Península Ibérica, desde os romanos até aos árabes, passando por visigodos, todos eles introduziram diferentes modelos de colmeias e leis que influenciariam a apicultura ibérica¹⁹. Durante a Reconquista, à medida que avançava para sul, os recursos naturais eram rentabilizados e a apicultura era uma opção²⁰.

Entretanto, as cartas de foral identificavam indivíduos com atividade apícola: colmeiro, *mellitori*, monteiro e *zaero*, como indicado na tabela 1.

¹⁶ CRANE, Eva – *The World History of Beekeeping*, pp. 62-70.

¹⁷ CRANE, Eva – *The World History of Beekeeping*, pp. 43-48.

¹⁸ CRANE, Eva – *The World History of Beekeeping*, pp. 161-171.

¹⁹ CRANE, Eva – *The World History of Beekeeping*, pp. 214-218.

²⁰ SÁNCHEZ BENITO, José M. – “Datos sobre la organizacion”, p. 15.

Tabela 1: Relação entre as cartas de foral e a atividade apícola

Local	Data	Observação	Fonte
Soure	1111	“Da montaria nom dem nem huma condiçom ao alcaide de carne nem de pelle nem de mel nem de cera”	<i>PMH: LC</i> , vol. 1, fasc. 3, p. 358
Miranda da Beira	1136	“Montarius de melle et cera det médium cubellum mellis aut redel de cera”	<i>PMH: LC</i> , vol. 1, fasc. 3, p. 373
Penela	1139	“Monteiro que nom der juguda e for ao monte desquando ouver em monte VIII dios de alqueire de mel ou arratel de cera”	<i>PMH: LC</i> , vol. 1, fasc. 3, p. 374
Leiria	1142	“Mellitor det per annum unum almude de mel et unam libra de cera”	<i>PMH: LC</i> , vol. 1, fasc. 3, p. 376
Lousã	1151	“Montarius de melle et cera det médium cubellum mellis aut redel de cera”	<i>PMH: LC</i> , vol. 1, fasc. 3, p. 377
Redinha (Pombal)	1159	“Mellitor mediam libram cere tribuct”	<i>PMH: LC</i> , vol. 1, fasc. 3, p. 386
Moimenta	1189	“et monteyro que fer a mel et nom der raçon a palácio det I medio alqueire de mell”	<i>PMH: LC</i> , vol. 1, fasc. 3, p. 473
Santa Marinha	1190	“Zaero que fuerit a monte pro mel et non fecit allium laborem, media canada et in alia vice aredel de cera”	<i>PMH: LC</i> , vol. I, fasc. 3, p. 474
Pedrogão	1205	Montarius de melle et cera det medium cubellum mellis aut redel de cera	<i>PMH: LC</i> , vol. 1, fasc. 4, p. 531
Castelo Rodrigo	1209	"Et qui colmenero uoluerit saccare de XL colmenas ad arriba saque, et el colmenero que las curie cotidianas"	<i>PMH: LC</i> , vol. 1, fasc. 4, p. 876
Villa-Boa	1216	“Et si feurit colmenario que vivat per ipsum, det meia libra de cera a suo domínio”	<i>PMH: LC</i> , vol. 1, fasc. 4, p. 569
Castelo Bom	1188 - 1230	"Et qui colmenero uoluerit saccare de LX colmenas ad arriba saque, et el colmenero que las curie cotidianas"	<i>PMH: LC</i> , vol. 1, fasc. 5, p. 770

Alfaiates	1188 - 1230	"Et qui colmenero uoluerit saccare de LX colmenas ad arriba saque, et el colmenero que las curie cotidianas"	<i>PMH: LC</i> , vol.1, fasc. 6, p. 817
-----------	-------------------	--	---

Pouco ou nada sabemos sobre estes indivíduos, mas podemos conjecturar sobre as suas técnicas apícolas. Nos séculos XII-XIII, as extensas florestas de carvalhos, sobreiros e castanheiros²¹ albergavam ninhos silvestres de abelhas, e a sua recolção era economicamente praticável em áreas de baixas densidades populacionais, onde as necessidades em mel e cera eram reduzidas²². Conhecedores da floresta, é de crer que os monteiros localizavam ninhos silvestres por técnicas baseadas no comportamento das abelhas²³. Após a sua localização, as cordas eram úteis para subir às árvores e os ferros para retirar os favos dos ninhos, e os cestos para acondicionar e transportar os favos de mel²⁴. Estes enxames silvestres podiam ser transferidos para colmeias pela técnica de trasfega²⁵, a qual seria uma opção para iniciar a apicultura numa determinada área²⁶. Pelo esforço físico exigido nestas tarefas, era provável que a idade dos recolectores fosse média-baixa²⁷.

Ora, pelo aumento da população no século XIII, intensificou-se a procura de madeira e lenha, como o pastoreio e queimadas para arroteamento²⁸, conduzindo à desflorestação e fragmentação do habitat dos enxames silvestres, o que acarretou dificuldades aos recolectores²⁹. Entretanto, a apicultura fervilhava em diversos territórios europeus³⁰. No reino da Sérvia, o rei Estevão Milutino (1282-1321) decretou

²¹ REBOREDO, Fernando; PAIS, João – “Evolution of forest cover in Portugal: A review of the 12th – 20th centuries”. *Journal of Forestry Research* 25:2 (2014), p. 250.

²² CRANE, Eva – *The World History of Beekeeping*, p. 44.

²³ CRANE, Eva – *The World History of Beekeeping*, pp. 62-70.

²⁴ CRANE, Eva – *The World History of Beekeeping*, p. 108.

²⁵ A trasfega exigia alguma perícia: uma colmeia vazia era atada acima do buraco da saída do ninho das abelhas da respetiva árvore, para seguidamente abrir-se um buraco abaixo da saída do ninho, onde era injetado fumo para obrigar as abelhas a saírem do ninho na direção da colmeia; PAIXÃO, Vasco Correia – *Manual do Apicultor*. Lisboa: Ed. Autor, 1974, pp. 251-252.

²⁶ CRANE, Eva – *The World History of Beekeeping*, p. 48.

²⁷ MATTOSO, José – “Da comunidade primitiva ao município. O exemplo de Alfaiates”. In *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 45.

²⁸ REBOREDO, Fernando; PAIS, João – “Evolution of forest”, p. 250.

²⁹ MATTOSO, José – *Identificação de um país. Oposição, Composição*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, p. 300.

³⁰ CRANE, Eva – *The World History of Beekeeping*, pp. 212-225.

que os colmeiros deveriam dedicar-se a tempo inteiro à apicultura³¹, enquanto na Península Ibérica, as regiões da Estremadura e Andaluzia acolhiam inúmeras colmeias e ordenações³², e as *Hermandades* em Castela defendiam os interesses apícolas de gente abastada³³.

E em Portugal? No final do século XII, em Trás-os-Montes, a necessidade em cera era comum para o pagamento da fiadura³⁴ e, por vezes, preferida a peças de caça³⁵. No século XIII, as terras de Santa Maria enviavam para o bispado do Porto quantidades significativas em cera³⁶, e a lei de 1253 taxava a cera em carga, arroba e arrátel, o que traduzia a sua comercialização interna e a exportação³⁷. O crescente número de igrejas, confrarias e procissões³⁸ consumia velas e círios, e em Lisboa adquiriam-se produtos apícolas oriundos de vários concelhos, no século XIV³⁹. Nas festas do “Corpus Christi”, no Porto, tochas e círios atingiam pesos consideráveis, o que reflete a necessidade de quantidades astronómicas em cera⁴⁰. Este consumo crescente dos produtos apícolas motivou gente e novas formas de trabalhar na apicultura.

Todavia, deveremos ver estes factos com prudência, pois transmitem a produção e comercialização dos produtos apícolas mas não a origem: por recolção ou colmeias? Ou ambas? Estas atividades apícolas até podiam ser complementares entre si, e é necessário lembrar que o mel silvestre continuou a ser recolhido e tributado tanto a nível nacional⁴¹ como além-fronteiras⁴². Entretanto, nos séculos XII-XIII, as colmeias

³¹ CRANE, Eva – *The World History of Beekeeping*, p. 221.

³² CARLÉ, Maria del Carmen – “Fuentes complementarias de alimentación y rentas”. *Estudios de Historia de España* 5 (1996), pp. 127-165; TERUEL PUERTA, Virginia – *La apicultura en el medievo hispánico*. Lleida: Universitat de Lleida, 2019. Tese de mestrado, pp. 69-75.

³³ SÁNCHEZ BENITO, José M. – “La Hermandad”, p. 213.

³⁴ PMH- LC, Vol. I, fasc. IV, pp. 504, 599, 645.

³⁵ PMH- LC, Vol. I, fasc. V, pp. 678, 700.

³⁶ A cera era necessária na iluminação pela escassez de azeite, MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aguiar – *O castelo e a Feira: a Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa: Estampa, 1989, pp. 87, 113.

³⁷ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração*, Vol. IV, pp. 56, 408.

³⁸ MARQUES, António H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1971, pp. 160-165.

³⁹ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração*, Vol. IV, pp. 356-360.

⁴⁰ GONÇALVES, Iria – *As Finanças Municipais do Porto na Segunda Metade do Século XV*. Porto: Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 1987, pp. 96, 105.

⁴¹ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração*, Vol. IV, pp. 56-57.

⁴² No Luxemburgo, o mel silvestre suplantava o proveniente de colmeias. CRANE, Eva – *The World History of Beekeeping*, p. 69. Em Barcelona era autorizada a captura de enxames silvestres pelo bispo, e em França, os bigres que pertenciam à casa real, recolhiam enxames silvestres, SALES i FAVÀ, Luís; SAPOZNIK, Alexandra; WHELAN, Mark – “Beekeeping in late medieval”, pp. 286-288.

eram tributadas em portagens⁴³ e transações comerciais⁴⁴, como declaradas em foros de mel e cera no Alto Minho⁴⁵, e subtilmente abordadas nas inquirições⁴⁶. É evidente que não sabemos o peso de cada atividade apícola, mas é de crer que, em grande parte, passaria pelo uso de colmeias⁴⁷, e esta estratégia seria preferida e justificada pelos motivos a seguir enumerados.



Figura 1. Colmeias em cortiço, Sousel (Foto: Joaquim Pífano)



Figura 2. Colmeia de castanheiro, Trancoso (Foto: Ricardo Pinto)

a) Os materiais para a construção de colmeias eram vulgares e económicos⁴⁸. A cortiça era o material preferido pela sua capacidade térmica e leveza que facultava a transumância⁴⁹. O castanheiro, abundante no Entre Douro e Minho, também era utilizado na construção de colmeias⁵⁰. (Figuras 1 e 2)

⁴³ REIS, António Matos – “Os forais antigos de Melgaço, terra de fronteira”. *Revista da Faculdade de Letras. História, Série II* 15 (1998), p. 103.

⁴⁴ PMH-LC, Vol. II, p. 97.

⁴⁵ MATTOSO, José – “A caça no Soajo”. In *Fragmentos de uma composição medieval*, p. 207.

⁴⁶ GONÇALVES, Iria – *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as inquirições de Afonso III*. Porto: Edições Afrontamento, 2011, p. 146.

⁴⁷ CRANE, Eva – *The World History of Beekeeping*, p. 67.

⁴⁸ PEREIRA, Maria Teresa Lopes – “O mel e a cera”, p. 449. A sua recolha era possível em baldios e autorizada em algumas coutadas: *Chancelaria de D. Pedro I: 1357-1367*. Ed. A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Históricos, 1984, p. 399 [876], mas interdita em outras: *História florestal, aquícola e cinegética*, vol. I, 1980, p. 209.

⁴⁹ CRANE, Eva – *The World History of Beekeeping*, p. 247. Para Portugal, somente tomei conhecimento desta operação apícola no documento “aranzel das malhadas” em Serpa (ver à frente) e através dos eremitas na Serra da Ossa ver em FONTES, João Luís Inglês – *Da «pobre vida» à congregação*, p. 103 (nota 146).

⁵⁰ SEQUEIRA, Eduardo – *As abelhas. Tratado de apicultura mobilista*. Porto: Domingos Barreira, 1942, p. 239; GONÇALVES, Iria – *Por terras de Entre-Douro-e-Minho*, pp. 53-58.

A tabela 2 fornece uma ideia da amplitude dos efetivos apícolas, e verificamos que a utilização de colmeias era transversal a várias classes. É o caso dos grandes proprietários, como D. João de Aboim⁵¹, ou o mosteiro cisterciense de São Paulo de Almaziva⁵², mas também lavradores⁵³, e ainda serviam para legados⁵⁴.

Tabela 2. Relação do número de colmeias por tipo de proprietários

Ano	Lugar	Nº de colmeias	Observações	Fonte
1188-1230	Ribacôa	> 40-60	A produção a cargo de assalariados ou peões	<i>PMH-LC</i> , vol. 1, fasc. 5, p. 770; <i>PMH-LC</i> , vol. 1, fasc. 6, p. 876
1235	Incerto	20	Doação de colmeias em testamento	GOMES, Saul António – “Testamento de Paio Gonçalves”, p. 98
1271	Marmelar	100	D. João de Aboim era proprietário das colmeias	<i>A Comenda de Vera Cruz de Marmelar</i> , p. 55
1341	Barroso	40	A expressão “armentinhos” corresponde a 40 colmeias	PEREIRA, Maria Teresa Lopes – “O mel e a cera”, p. 464, nota 134
1369	Sesimbra	32	Em posse de lavrador abastado	OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas – “Peão ou Cavaleiro”, p. 284
1368	Serpa	300-400	Na malhada coexistiam diferentes proprietários de colmeias	VASCONCELLOS, Francisco de Almeida – “O compromisso”, p. 351
1445	Portel	200	Posse de colmeias pelos eremitérios	FONTES, João Luís Inglês – <i>Da «pobre vida» à congregação da Serra de Ossa</i> , p. 88
1461	Almada	20-41	Colmeias de pequenos colmeiros	DUARTE, Luís Miguel – “Sarilhos no campo”, p. 305

⁵¹ *A comenda de Vera Cruz de Marmelar: Corpus documental (1258-1640)*. Ed. Luís Adão da Fonseca, Paula Pinto Costa, Joana Lencart. Porto: CEPES- Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2013, p. 59.

⁵² SANTOS, Maria José Azevedo – *Vida e morte de um mosteiro cisterciense: S. Paulo de Almaziva, Hoje S. Paulo de Frades, c. Coimbra: séculos XIII-XVI*. Lisboa: Edições Colibri, 1988, pp. 31, 35.

⁵³ OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de – “Peão ou Cavaleiro, a fortuna de um pequeno proprietário de Sesimbra em 1369”. *Arquipélago. História* (2ª série) VII (2003), pp. 269-284.

⁵⁴ GOMES, Saul António – “Testamento de Paio Gonçalves elegendo sepultura em S. Jorge de Coimbra e deixando dádivas aos frades franciscanos de Penela e de Coimbra, entre outros legados piedosos (1235)”. *Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática* 10 (2022), p. 98.

1505	Nisa	336	A Comenda alugava silha a colmeeiro especializado	GONÇALVES, Iria – <i>Tombos da Ordem de Cristo: Comendas a sul do Tejo</i> , p. 17
1515	Mértola	529	Colmeias a cargo do mordomo da Comenda	BARROS, Maria de Fátima Rombout de; BOIÇA, Joaquim Ferreira; GABRIEL, Celeste – <i>As comendas de Mértola e Alcaria Ruiva</i> , pp. 78, 101

b) A relação entre variáveis biológicas e manejo apícola teria influência na rentabilidade apícola. Um enxame albergado numa colmeia produz aproximadamente 5 quilos de mel e um quilo de cera por ano⁵⁵, e um ninho silvestre de 6 a 75 quilos de mel⁵⁶. Assim, interrogamo-nos se valeria a pena utilizar as colmeias? Sim, valeria a pena. Mesmo com produções unitárias superiores, a perscrutação de ninhos silvestres era uma perda de tempo, e era mais prático e preferível deter uma “dezena” de colmeias concentradas num apiário (colmeal). Ou seja, o apiário permitia poupar tempo. Havia duas designações para definir o colmeal: a silha e a malhada. No contexto deste trabalho, a silha é definida como a fila de assentos das colmeias no apiário⁵⁷. A malhada, em sentido restrito, era a habitação do colmeiro; mas em sentido lato, era a habitação com as silhas e a área de pasto das abelhas⁵⁸. A habitação estaria ocupada pelo proprietário ou um arrendatário⁵⁹. O muro do apiário podia ser de alvenaria ou taipa (Alentejo e Beira Baixa), ou granito (Alto Minho)⁶⁰. Em grande parte, os apiários situavam-se em espaços rurais. Igualmente anunciavam-se colmeias no espaço periurbano através de posturas concelhias, pela imposição de aquelas localizarem-se a determinada

⁵⁵ SALES i FAVÀ, Luís; SAPOZNIK, Alexandra; WHELAN, Mark – “Beekeeping in late medieval”, p. 282.

⁵⁶ CRANE, Eva – *The World History of Beekeeping*, p. 108.

⁵⁷ No norte de Portugal, silha é o muro que cerca as colmeias, e no sul é a fila de poiso das colmeias, SEQUEIRA, Eduardo – *As abelhas*, p. 239; VASCONCELLOS, Francisco de Almeida – “O compromisso”, p. 301.

⁵⁸ COSTA, Henrique de Carvalho; VIANA, Abel – “Colmeias de Serpa”, pp. 287, 354. A designação de malhada ou silha é verificada em comendas geograficamente próximas: *Tombos da Ordem de Cristo: Comendas da Beira Interior Sul (1505)*. Ed. Iria Gonçalves. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2009, pp. 15, 71, 105, 123 com mais exemplos.

⁵⁹ BURRI, Sylvain – “L’apiculture dans les massifs des Maures et de l’Estérel à la fin du moyen âge”. *Provence Historique* 272 (2022), p. 183.

⁶⁰ PAIXÃO, Vasco Correia – *Manual do Apicultor*, p. 224.

distância das vinhas⁶¹. Outros apiários localizavam-se perto de castelos⁶², provavelmente para obter mel como medicamento para peões feridos em quezílias ou em combate.

c) Pela logística do trabalho apícola. O uso de colmeias em apiários permitia ao colmeiro calendarizar as tarefas apícolas e coordená-las com outros trabalhos agrícolas⁶³. Das tarefas apícolas, a captura primaveril de enxames era crucial para manter ou aumentar o efetivo, e consistia em trasfegar as colónias enxameadoras que pousassem em árvores, ou colocar colmeias vazias para atrair enxames nas proximidades do apiário⁶⁴. (Figura 3)

d) Pela mão-de-obra apícola. Como referido, os recolectores seriam de uma faixa etária baixa, mas o uso de colmeias permitia um leque etário mais amplo pelo seu menor esforço físico para manusear as abelhas. Dependente do efetivo, o maneiço de colmeias era possível por um homem só, mas na recolção seriam pelo menos dois, ou mais indivíduos⁶⁵.

e) O uso de colmeias proporcionava novos negócios na apicultura. O proprietário de colmeias podia arrendá-las através de contratos, enquanto colmeiros mais experientes cuidavam de colmeias alheias a troco de moeda. Com facilidade poderemos entender que estes negócios eram incompatíveis com a recolção. Por outro lado, a posse de um número significativo de colmeias tinha vantagens para alguns privilegiados. Em Riba Côa, um proprietário de mais de 40 colmeias era isento de tributo, e talvez fosse o caso de Pero Perez que era colmeiro (absentista?) e alcaide de Alfaiates, e teve o desígnio de receber D. Dinis⁶⁶.

⁶¹ OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de – *Na Península de Setúbal*, p. 334; CATALÃO, Duarte Nuno – *Redondo no primeiro século*, p. 208.

⁶² LOPES, Fernão – *Crónica de João I*. Barcelos: Livraria Civilização-Editora, 1983, vol. II, pp. 181-183.

⁶³ PEREIRA, Maria Teresa Lopes – “O mel e a cera”, p. 450.

⁶⁴ *História florestal, aquícola e cinegética*, vol. IV, pp. 241-242.

⁶⁵ CRANE, Eva – *The World History of Beekeeping*, p. 108.

⁶⁶ *Chancelaria de D. Dinis Livro III*, vol. I. Ed. Rosa Marreiros. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 331.



Figura 3. Bari, Cathedral Library, Exultet roll, Roll (N. 1), c. 1000

Por fim, a capacidade produtiva de uma colmeia variava de ano para ano. Com condições climáticas favoráveis eram possíveis duas crestas anuais, mas quando adversas, haveria escassas produções e elevadas mortalidades do efetivo com graves prejuízos, e um reflexo negativo no pagamento de dízimos⁶⁷. De Portugal pouco se sabe mas houve anos climaticamente críticos⁶⁸, e é de crer que a mortalidade fosse significativa, tanto em colónias de abelhas “domésticas” como silvestres. Tal como nas outras produções agrárias, a apicultura estaria sujeita a contrariedades. Além das referidas condições climáticas, a elevada densidade de colmeias nos apiários facilitava surtos de doenças infectocontagiosas com quebras no efetivo. Traças, fungos, lacraus, formigas e ursos podiam causar estragos consideráveis. Inúmeras colmeias eram dizimadas pelo fogo e as posturas concelhias refletiam esta ameaça⁶⁹, a par dos inúmeros furtos de colmeias⁷⁰. Mesmo

⁶⁷ SAPOZNIK, Alexandra – “Bees in the medieval economy, religious observance and the production, trade, and consumption of wax in England, 1300-1555”. *Economic History Review* 72:4 (2019), p. 1167, nota 77.

⁶⁸ MARQUES, António H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*. Lisboa: Edições Cosmos, 1986, pp. 36-37, com mais exemplos.

⁶⁹ PMH-LC, Vol. I, fasc. 6, p. 846.

⁷⁰ DUARTE, Luís Miguel – “Sarilhos no campo”. In BARROCA, Mário Jorge (ed.) – *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p. 309.

com estas contrariedades, as colmeias foram sendo preferencialmente eleitas em detrimento da recolção, e fundamentais na implementação de apiários que ordenavam espaços que dificilmente seriam cultivados e rentabilizados.

O Aranzel das malhadas

Na segunda metade do século XIV, um cenário de crise económica e de Peste Negra afetaram particularmente o Alentejo, condicionando a sua demografia e mão-de-obra, com reflexos negativos nos rendimentos da população⁷¹. Entretanto, os incultos eram imensos e as atividades económicas que iam emergindo da crise – como a pecuária – exigiam matérias-primas valorizadas e uma diminuta mão-de-obra. Assim, o usufruto das áreas incultas para pasto das abelhas, a adaptação do manejo apícola à escassa mão-de-obra e a produção de uma cera valorizada, motivou um aumento da posse de colmeias⁷². Neste cenário, a apicultura era próspera no concelho de Serpa, mais propriamente na Serra Grande e Pequena⁷³ com uma flora mediterrânica ideal para a prática apícola.

Com o intuito de regulamentar a apicultura, em 1368⁷⁴, o “aranzel das malhadas” foi lavrado no adro da igreja de Serpa, onde juízes e colmeiros – considerados homens-bons – comprometeram-se a organizar 26 malhadas com 300 a 400 colmeias cada, totalizando perto de 10000 colmeias. Mais tarde, em 1481, pela deterioração daquele documento, os colmeiros requereram a sua reprodução⁷⁵. Os colmeiros comprometiam-se a reconhecer o foro da malhada e a cumprir as ordenações

⁷¹ BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha – “O Alentejo na 2ª metade do século XIV – Évora na crise de 1383-1385”. *Estudos Medievais* 7 (1986) pp. 119-154.

⁷² CARLÉ, Maria del Carmen – “Fuentes complementarias de alimentación”, p. 154.

⁷³ Ver limites geográficos em COSTA, Henrique de Carvalho; VIANA, Abel – “Colmeias de Serpa”, pp. 353-354. As malhadas de colmeias eram vulgares nas vertentes do rio Chança: *A Comenda de Noudar – Corpus Documental (1248-1554)*. Ed. Luís Adão da Fonseca, Paula Pinto Costa, Joana Lencart. Porto: CEPES-Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2013, p. 930.

⁷⁴ Um outro documento, designado “Maninhos da serra”, foi produzido no reinado de D. Dinis, VASCONCELLOS, Francisco de Almeida – “O compromisso”, pp. 278, 283-284; MARTINS, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira – *Poder e Sociedade. A duquesa de Beja*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004. Tese de doutoramento, p. 208. No aranzel são referidas malhadas destruídas e “caminheiras” (que já ocuparam vários assentos), o que supõe uma anterior existência, VASCONCELLOS, Francisco de Almeida – “O compromisso”, pp. 284, 286, 296, 299. As ordenações de Sevilha apontavam malhadas próximas a Serpa: CARMONA RUIZ, María Antonia – “La apicultura sevillana”, p. 395.

⁷⁵ No intervalo de tempo que medeia o primeiro e o segundo documento, surgiram três aditamentos, VASCONCELLOS, Francisco de Almeida – “O compromisso”, pp. 285-286.

outorgadas (ver tabela 3). Estas ordenações foram baseadas em fundamentos que giravam à volta de conflitos motivados pela localização e excesso de malhadas, e pela colocação de colmeias alheias entre malhadas durante a enxameação.

Tabela 3: Síntese das ordenações do aranzel⁷⁶

Nº	Ordenações
1	Máximo de 400 colmeias por malhada. Com lotação máxima, ninguém nelas possa pôr mais colmeias contra a vontade ou autorização dos que já ali as tinham antes.
2	É proibido colocar colmeias entre malhadas
3	Impossibilidade de colocar colmeias após as primeiras florações nas malhadas foreiras
4	Quem de direito colocar pegulhaes ou colmeias solderijas nas malhadas tem de pagar a soldada ao colmeiro, e que quem as tirar sem licença do dono da malhada é acusado de furto.
5	Na época de enxameação é proibido colocar colmeias em malhadas alheias e entre elas.
6	Quem colocar colmeias além da lotação máxima sem vontade ou a mandado de seus donos que lhes façam logo dali alçar e levar.
7	Colocar colmeias entre as malhadas ou nas malhadas alheias sem vontade dos donos, têm de ser retiradas
8	Colocar colmeias depois das primeiras flores, onde já está outro, como foi ordenado, têm de ser retiradas
9	Quem tirar colmeias solderijas ou pegulhaes das malhadas foreiras sem licença dos donos das malhadas, tem de pagar multa 30 libras
10	Se o dono da malhada deter a lotação máxima de colmeias, nenhum outro ponha nela mais colmeias. Porém, se o dono da malhada não tiver a respetiva lotação, que um outro qualquer possa ai pôr suas colmeias até preencher o número,
11	Se alguns saírem de suas malhadas por queima de fogo, daquele dia a quatro anos voltem para elas se quiserem, e ninguém lhes possa tomar suas silhas até essa data. Porém, se não quiserem voltar, outros podem ocupar com lotação máxima igual ao precedente.
12	Em cada malhada a distância entre as duas silhas é da lançadura de um arrátel, e que cada um tenha os seus enxames nas malhadas sossegadamente, e quem não cumprir pague de multa trinta libras

⁷⁶ VASCONCELLOS, Francisco de Almeida – “O compromisso”, pp. 297-301.

Mas quem eram estes colmeiros serpenses? Com uma apicultura de larga escala, estes colmeiros funcionavam como um corpo profissional⁷⁷, constituído por homens-bons. Estes teriam diferentes pesos sociais, pois, sem o explicar, as ordenações determinaram que algumas malhadas fossem demolidas e outras não, o que levou a que somente alguns homens-bons usufruíssem das malhadas foreiras e, talvez, este direito de usufruto fosse fundamentado em hierarquias estabelecidas na oligarquia apícola serpense.

Pela minha interpretação, o aranzel aponta como proprietários de malhadas aqueles que seriam colmeiros especializados com conhecimento da apicultura na serra⁷⁸ e absentistas com determinados ofícios e conhecedores do mercado⁷⁹. Ambos cediam o espaço das malhadas a outros indivíduos para colocarem colmeias – independentemente do seu efetivo –, desde que a lotação máxima não fosse ultrapassada (ordenação 1). Se o usufrutuário da malhada fosse um colmeiro especializado, este seria o responsável pelo cuidado das colmeias, se fosse de um absentista, este contratava um colmeiro. O aposento de colmeias – designadas de *pegulhaes* e *soderijas*⁸⁰ – era pago ao proprietário da malhada (ordenação 4), às quais eram colocadas marcas distintas para evitar furtos ou trocas entre os diferentes proprietários⁸¹. A casa da malhada podia ser a habitação de alguns colmeiros especializados ou contratados⁸². Na cidade de Serpa, alguns indivíduos arrendavam casa a troco de cera, e inferimos que seriam proprietários de colmeias ou das malhadas⁸³.

⁷⁷ BOISSELLIER, Stéphane – *Naissance d'une identité portugaise: la vie rurale entre Tage et Guadiana: de l'Islam à la Reconquête: (Xe-XIVe siècles)*. Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1999, p. 443.

⁷⁸ Lopo Afonso (colmeiro) e Estevão Lourenço (juiz da serra e colmeiro), VASCONCELLOS, Francisco de Almeida – “O compromisso”, p. 294. João Gomes, João do Carrascal e João Ligeiro sabiam a localização de malhadas foreiras na Serra e quantidade de colmeias, VASCONCELLOS, Francisco de Almeida – “O compromisso”, p. 299.

⁷⁹ Vasco Roiz (juiz geral), João Anes Galego (alfaiate), João Roiz (mercador), VASCONCELLOS, Francisco de Almeida – “O compromisso”, p. 294.

⁸⁰ Pegulhal: colmeia pertencente a um proprietário diferente da malhada; Solderija: colmeia que paga soldada, VASCONCELLOS, Francisco de Almeida – “O compromisso”, p. 285.

⁸¹ DUARTE, Luís Miguel – “Sarilhos no campo”, p. 309; CARMONA RUIZ, María Antonia – “La apicultura sevillana”, p. 393.

⁸² “A malhada de Lopo Afonso (colmeiro) mandaram que feita na Ferraria Velha se para ella quizer ir”, VASCONCELLOS, Francisco de Almeida – “O compromisso”, p. 296.

⁸³ Algumas casas de Serpa eram arrendadas em cera e é de admitir que os foreiros fossem colmeiros, MARTINS, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira – *Poder e Sociedade*, p. 471.

Como referido, os absentistas contratavam colmeiros (mancebos) que podiam receber soldada, a habitação e o direito de caça na área da malhada⁸⁴. Estas contratações eram usuais e, no século XV, Afonso Carrasco, de Castelo Branco, tinha a morar consigo um homem para guardar uma silha de colmeias⁸⁵, e Pedro Eanes guardava as colmeias ao mercador Afonso Lourenço, do Sabugal⁸⁶. Contudo, contratar colmeiros podia ser difícil⁸⁷ e alguns podiam ter benesses interessantes. Em 1450, a confraria de Santa Maria, em Tavira, requereu a D. Afonso V que fossem retiradas peitas, fintas, talhas, entre outros tributos ao salário do colmeiro a contratar⁸⁸.

Com um limite máximo de colmeias por malhada, é de crer, que colmeiros, tal como pastores, saberiam que uma dada pastagem não podia alimentar mais do que um certo número de colmeias, ou cabeças de gado. Cada malhada detinha aproximadamente 1500 hectares⁸⁹ e, por comparação com dados recentes; uma colmeia necessita de quatro hectares de pastagem, o que determina 300 colmeias em 1200 hectares⁹⁰. Os cálculos são semelhantes após 600 anos, o que indicia uma especialização dos colmeiros serpenses. Esta preocupação na relação entre o número de colmeias e a pastagem apícola também estava refletida nas ordenações 3 e 11. A terceira ordenação evoca a colocação atempada de colmeias antes das primeiras florações. Esta ordenação permitia obter colmeias equilibradas ao nível produtivo, o que minimizaria conflitos entre diferentes colmeiros com colmeias solderijas nas malhadas. A ordenação 11 está relacionada com o fogo e com a sua capacidade destrutiva da flora. Assim, era permitido que durante quatro anos a flora regenerasse de maneira a que o dono da malhada obtivesse a normal capacidade produtiva das colónias de abelhas. Uma outra preocupação no maneo apícola é veiculada através da obrigação de uma distância entre silhas de modo a evitar disseminação de doenças e pilhagens entre colónias de abelhas (ordenação 12).

⁸⁴ TAVARES, Maria Alice da Silveira – *Costumes e Foros de Riba-Côa*, p. 200, nota 673; SÁNCHEZ BENITO, José M – “Datos sobre la organizacion”, p. 22.

⁸⁵ DUARTE, Luís Miguel – “Sarilhos no campo”, p. 308, nota 23.

⁸⁶ Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria Régia, *Chancelaria de D. Afonso V*, Lv. 2, fol. 118v.

⁸⁷ Esta dificuldade também era transversal na Europa, SALES i FAVÀ, Luís; SAPOZNIK, Alexandra; WHELAN, Mark – “Beekeeping in late medieval”, p. 287.

⁸⁸ VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito – *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 1989, pp. 132-133.

⁸⁹ VASCONCELLOS, Francisco de Almeida – “O compromisso”, p. 286.

⁹⁰ PAIXÃO, Vasco Correia – *Manual do Apicultor*, pp. 84-87.

Estas ordenações demonstram mais uma vez a especialização dos colmeiros serpenses na produtividade e rentabilidade apícola.

Todavia, a produtividade nectarífera das pastagens variava de ano para ano, e é de supor que daqui advinham conflitos entre colmeiros. Em anos favoráveis a enxameação seria expressiva, e incentivava os colmeiros a colocarem colmeias vazias para captar enxames nas malhadas e entre elas. Por esta razão surgem as ordenações 2 e 5 para evitar abusos e consequentes conflitos. Esta situação pressionava a que os limites por malhada fossem ultrapassados. Se assim fosse, as *soderijas* podiam ser deslocadas para uma malhada sem lotação esgotada (ordenação 10). Se esta solução não fosse suficiente, talvez o apicídio ou a venda dos enxames excedentários fossem opção⁹¹. Contudo, na minha opinião e de uma forma cautelosa, as entrelinhas das ordenações 1, 6 e 10 podem indiciar que a vontade do dono da malhada teria legitimidade (e interesse) para decidir outros limites. Esta “vontade” do proprietário permitia um maior número de colmeias *soderijas*, logo um acréscimo dos seus rendimentos. Em anos favoráveis, com pastagem para as abelhas e produções significativas, e sabendo que os colmeiros teriam a perfeita noção da produtividade dos pastos, será caso para dizer que “em anos de fartura, ninguém se queixa”. Em anos desfavoráveis, os limites máximos seriam rigidamente cumpridos, de maneira as colónias de abelhas manterem a sua performance produtiva. Provavelmente, nem haveria enxames suficientes para esgotar os limites das malhadas e, quem sabe, o número de roubos de colmeias poderiam aumentar para colmatar as quebras dos efetivos.

Outras formas de produção e lucro seriam exequíveis para estes colmeiros. São escassas as fontes da historiografia nacional que referem a transumância de colmeias, mas em Serpa é invocada na terceira ordenação. A transumância de colmeias era realizada de pastos mais serôdios para as malhadas na serra com intuito de obter colónias fortes no início da primavera. Esta transumância seria efetuada no termo de Serpa, mas caso fosse além dos seus limites, haveria a hipótese de pagar o dízimo

⁹¹ Era vulgar a venda de colmeias com enxames que seriam mortos (apicídio), para somente aproveitar a cera, embora fosse punida por lei, *Ordenações manuelinas*. Ed. Mário Júlio de Almeida Costa. Vol. V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, Título XCVII, p. 99.

à administração do concelho vizinho⁹². Próximo de Serpa, os eremitas detinham significativos efetivos apícolas e também deslocavam colmeias⁹³. Outro negócio seria a produção de colmeias. No termo de Serpa, a cortiça não escassearia⁹⁴ e podia proporcionar a produção e venda de colmeias⁹⁵, especialmente na época da enxameação. Este negócio seria atrativo, pois, em 1480, os eremitas obtiveram o privilégio de proibirem as pessoas estranhas de fazerem colmeias a menos de quatro tiros de besta de distância do eremitério⁹⁶, enquanto na Mata de Botão, alguns indivíduos tinham o privilégio de obter cortiça para construção de colmeias⁹⁷. O aranzel não demonstra a celebração de contratos entre proprietários das malhadas e colmeiros (exceto o pagamento de colmeias *solderijas*). Nestes contratos, o absentista cedia colmeias ao colmeiro. Este manuseava as colmeias para obter mel e cera, e os rendimentos destes produtos eram repartidos pelos outorgantes⁹⁸. Estes contratos, independentemente das suas condicionantes, podiam ser normalizados no século XV; nas *Ordenações Manuelinas* são referidos e poderiam apresentar possíveis ilegalidades⁹⁹.

A produção anual de mel e cera seria significativa em Serpa. É possível que a sua compra por grosso fosse antecipada por mercadores, de forma a controlarem o preço da oferta. A cera, desde que bem decantada; é estável por dilatados períodos de tempo, o que facilitaria a armazenagem e o controlo do preço por mercadores. Esta estratégia visava a comercialização dos produtos apícolas nas cidades, onde havia um maior poder de compra¹⁰⁰. Note-se que João Rodrigues era detentor de uma malhada e mercador¹⁰¹, e seria alguém competente neste trato. Não obtive informação sobre o escoamento dos produtos apícolas serpenses, mas as possibilidades seriam Castela pelo porto seco ou por contrabando; ou para Lisboa

⁹² BARROS, Maria de Fátima Rombout de; BOIÇA, Joaquim Ferreira; GABRIEL, Celeste – *As comendas de Mértola e Alcaria Ruiva*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1996, p. 104.

⁹³ FONTES, João Luís Inglês – *Da «pobre vida» à congregação*, p. 103.

⁹⁴ VASCONCELLOS, Francisco de Almeida – “O compromisso”, p. 290.

⁹⁵ BURRI, Sylvain – “L’apiculture dans les massifs des Maures”, p. 179.

⁹⁶ FONTES, João Luís Inglês – *Da «pobre vida» à congregação*, p. 246.

⁹⁷ *História florestal, aquícola e cinegética*. Vol. II, p. 210.

⁹⁸ APARICI MARTI, Joaquín – “Mieles y ceras valencianas”, pp. 305-311; BURRI, Sylvain – “L’apiculture dans les massifs des maures”, pp. 178-184.

⁹⁹ *Ordenações manuelinas*, Vol. IV, p. 101, Título XLII.

¹⁰⁰ APARICI MARTI, Joaquín – “Mieles y ceras valencianas”, pp. 312-313.

¹⁰¹ VASCONCELLOS, Francisco de Almeida – “O compromisso”, p. 294. Em Serpa é indicada a Rua dos Mercadores, COSTA, Henrique de Carvalho; VIANA, Abel – “Colmeias de Serpa”, p. 355.

através das planícies do Alentejo e portos do litoral, nomeadamente Alcácer do Sal; ou ainda pelo rio Guadiana a partir de Mértola. É de referir que D. Fernando, senhor de Serpa (1457-1470), fazia trato com a Flandres, nomeadamente com mel¹⁰², e, mais tarde, a sua viúva, D. Brites, teria privilégios no despacho dos seus haveres no porto de Alcácer do Sal¹⁰³, porém, resta saber se o mel e a cera serpenses seguiriam estes “aristocráticos” circuitos.

O “Titollo das sijlhas”

Em meados do século XV, no termo de Sarzedas, o “Titollo das sijlhas” descreve a tributação de 28 silhas. Sabemos que esta região teria um potencial melífero com uma flora arbustiva e de castanheiros¹⁰⁴ e propícia para a apicultura, como indicia o topónimo “Vale das colmeias”¹⁰⁵.

Estas silhas rendiam 63,5 arráteis de cera por ano ao senhorio Luís Mendes de Refóios, sendo uma delas paga em moeda¹⁰⁶. Além desta quantidade, Luís de Refóios recebia mais 10 arráteis de cera pelo arrendamento de terras para gado e trigo¹⁰⁷. À semelhança do resto do país, estes foreiros eram lavradores e teriam algumas colmeias suficientes para autoconsumo e parques rendimentos, sendo o tributo entregue em cera¹⁰⁸. Este é um exemplo da integração da apicultura numa agricultura de policultura, onde todos os rendimentos extras eram bem-vindos.

Recorde-se que não era só no campo que se sentia a necessidade de receitas extras, pois, a vida também não era fácil na urbe, onde trabalhadores não-agrícolas procuravam obter moeda extra através da apicultura, como indicado na tabela 4. É de crer que as suas colmeias se situassem em espaços periurbanos¹⁰⁹, onde as abelhas usufruíam a floração das hortas, vinhas, pomares e soutos para produção de

¹⁰² MARTINS, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira – *Poder e Sociedade*, p. 31.

¹⁰³ LOPES, Maria Teresa Pereira – *Alcácer do Sal*, p. 190.

¹⁰⁴ VICENTE, Maria da Graça A. S. – *Entre Zêzere e Tejo*, Vol. 1, pp. 244-245.

¹⁰⁵ OLIVEIRA, Luís Filipe – “O livro dos bens”, p. 186.

¹⁰⁶ OLIVEIRA, Luís Filipe – “O livro dos bens”, pp. 183-191.

¹⁰⁷ OLIVEIRA, Luís Filipe – “O livro dos bens”, pp. 186, 188.

¹⁰⁸ OLIVEIRA, Luís Filipe – “O livro dos bens”, p. 176.

¹⁰⁹ CARMONA RUIZ, María Antonia – “La apicultura sevillana”, p. 395.

mel, e a cera podia ser entregue em lagares, ou servir para oblações, ou velas manufaturadas por mulheres¹¹⁰.

Tabela 4. Relação de ofícios relacionadas com a apicultura

Ano	Profissões	Concelho	Fonte
1498	Alfaiate	Besteiros	TT, <i>Chancelaria D. Manuel I</i> , Lv. 43, fl. 68
1501		Torrão	TT, <i>Chancelaria D. Manuel I</i> , Lv. 37, fl. 23
1452	Escrivão de sisas	Sarzedas	VICENTE, Maria da Graça A. S.- <i>Entre Zêzere e Tejo</i> , Vol. 2, p. 95
1452	Tabelião	Oleiros	VICENTE, Maria da Graça A. S.- <i>Entre Zêzere e Tejo</i> , Vol. 2, p. 96
1452	Vassalo régio	Sarzedas	VICENTE, Maria da Graça A. S.- <i>Entre Zêzere e Tejo</i> , Vol. 2, Vol. 2, p. 96
1463	Escolar de direito canónico	Montemor	DUARTE, Luís Miguel - “Sarilhos no campo”, p. 302
1463	Hortelão		
1463	Tabelião		
1463	Juiz de Sisas	Setúbal	DUARTE, Luís Miguel - “Sarilhos no campo”, p. 309, nota 24
1463	Carpinteiro		
1480	Barqueiro	Coimbra	<i>História florestal, aquícola e cinegética</i> , Vol. II, pp. 210
1501	Juiz	Torrão	TT, <i>Chancelaria D. Manuel I</i> , Lv. 45, fl. 113

Mas qual seria o efetivo apícola de cada foreiro no termo de Sarzedas? É impossível quantificar, mas penso que haveria diferenças consideráveis de maneira a diferenciar colmeiros. No seu trabalho, Luís Oliveira indica que o número de colmeias seria escasso pelo diminuto foro em cera¹¹¹. Esta constatação é apoiada pela comparação do tributo de 7 arrobas por 336 colmeias em Nisa, em 1505¹¹². Outros exemplos proporcionais podem ser expostos. Na comenda de Mértola, em 1535, era um arrátel de cera por três colmeias instaladas na silha¹¹³, e na Provença

¹¹⁰ SAPOZNIK, Alexandra - “Bees in the medieval economy”, p. 1171.

¹¹¹ OLIVEIRA, Luís Filipe - “O livro dos bens”, p. 175, nota 36.

¹¹² *Tombos da Ordem de Cristo: Comendas a sul do Tejo (1505-1509)*. Ed. Iria Gonçalves. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 17.

¹¹³ BARROS, Maria de Fátima Rombout de; BOIÇA, Joaquim Ferreira; GABRIEL, Celeste - *As comendas de Mértola*, p. 293.

(França), em 1557, era uma libra de cera por 12 colmeias¹¹⁴. Por estes exemplos, parece que o tributo era em função de uma unidade de cera para uma determinada quantidade de colmeias e, na minha opinião, é de crer que seria esta a opção praticada em Sarzedas. Não identifiquei nenhuma lógica para estas proporções, mas poderiam estar dependentes da vontade do senhorio e do potencial produtivo das colmeias. Assim, a renda das silhas variava de 1 a 5 arráteis de cera, e 73% dos colmeiros pagavam até 2 arráteis, os quais seriam pequenos colmeiros, tal como Luís Filipe Oliveira deduziu no seu trabalho. Adicionalmente, foi verificado que 7% dos colmeiros pagavam 3 arráteis, 10% eram tributados em 4 arráteis e um apicultor (3%) pagava em dinheiro. Porém, dois colmeiros pagavam 5 arráteis (7% dos colmeiros) e edificaram um muro em cada silha. A construção do muro significaria a proteção de um efetivo de colmeias dos roubos e estragos por animais, mas também pelo aproveitamento da flora a longo prazo, caso contrário seria desperdício de dinheiro e tempo em edificar um muro para poucas colmeias¹¹⁵. Assim, pensamos estar na presença de dois colmeiros especializados com um efetivo apícola expressivo.

O trabalho familiar também é apontado neste documento, tal como sogro e genro, e ainda irmãos¹¹⁶. Esta situação pode ser interpretada pela necessidade de vários braços para cuidar de um efetivo significativo com o intuito de obter mel e cera para venda ou consumo próprio. O interesse no consumo e na comercialização de produtos apícolas reflete-se na identificação de fragmentos cerâmicos de potes meleiros em algumas regiões¹¹⁷, enquanto as necessidades em cera seriam frequentes para velas, tochas e círios, e com preços que, na segunda metade do século XV, variavam entre 675 e 960 reais por arroba¹¹⁸.

¹¹⁴ BURRI, Sylvain – “L’apiculture dans les massifs des maures”, p. 177.

¹¹⁵ PAIXÃO, Vasco Correia – *Manual do Apicultor*, p. 225.

¹¹⁶ OLIVEIRA, Luís Filipe – “O livro dos bens”, pp. 183, 186. Ver outras relações familiares em *Comenda de Vera Cruz*, p. 174; COSTA, Henrique de Carvalho; VIANA, Abel – “Colmeias de Serpa”, p. 352.

¹¹⁷ GOMES, Rosa Varela – “Potes meleiros islâmicos”, pp. 1077-1078.

¹¹⁸ GONÇALVES, Iria – *As Finanças Municipais do Porto*, p. 144.

Considerações finais

Algumas cartas de foral identificaram indivíduos com rendimentos apícolas. A desflorestação depauperou o habitat dos enxames silvestres e a rentabilidade do recolector, o que promoveu a vulgarização de colmeias na resposta à crescente procura de mel e cera. Este cenário foi transversal na Europa, e Portugal não foi exceção. Alguns argumentos foram delineados para fundamentar aquela vulgarização, o que alimentou um mosaico socioeconómico de colmeiros.

Foram analisados dois documentos com diferentes sistemas na apicultura. Por um lado, no “Arancel das malhadas” identificamos uma oligarquia apícola (aristocracia provinciana e colmeiros especializados) que era proprietária de malhadas, onde proprietários de colmeias acomodavam as suas colmeias *solderijas*. O que representava um apiário com vários proprietários de colmeias e eram contratados colmeiros (mancebos), a troco de soldada e outras benesses. O “Titollo das silhas” indicou 7% dos colmeiros como especialistas e 73% pequenos colmeiros em regime de policultura. Neste documento é apresentado um sistema único: um colmeiro, um apiário. Aquele era responsável pelo manejo e não havia limite no efetivo, sendo o tributo (cera) em função das colmeias.

Adicionalmente, identificamos indivíduos com ofícios urbanos que colocavam colmeias no espaço periurbano, para obter dividendos extras através da apicultura.

As escassas evidências na bibliografia nacional apelam à pesquisa e análise das fontes manuscritas sobre a importância da apicultura medieval no mundo rural e urbano, e este trabalho reuniu certos dados que podem ser adotados para posteriores estudos.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes manuscritas

Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria Régia, *Chancelaria de D. Afonso V*, Lv. 2.

Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria Régia, *Chancelaria de D. Manuel I*, Lv. 37, 43, 45.

Fontes impressas

BARROS, Maria de Fátima Rombout de; BOIÇA, Joaquim Ferreira; GABRIEL, Celeste – *As comendas de Mértola e Alcaria Ruiva*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1996.

Chancelaria de D. Dinis Livro III. Ed. Rosa Marreiros. 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

Chancelaria de D. Pedro I: 1357-1367. Ed. A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Históricos, 1984.

A Comenda de Noudar – Corpus Documental (1248-1554). Ed. Luís Adão da Fonseca; Maria Cristina Pimenta; Joana Lencart. Porto: CEPESE-Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2013.

A Comenda de Vera Cruz de Marmelar: Corpus documental (1258-1640). Ed. Luís Adão da Fonseca; Maria Cristina Pimenta; Joana Lencart. Porto: CEPESE-Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2013.

História florestal, aquícola e cinegética. Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelarias Reais. 6 vols. Ed. Carlos Manuel L. Baeta Neves. Lisboa: Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas – Direcção-Geral das Florestas, 1980.

LOPES, Fernão – *Crónica de João I*. 2 vols. Barcelos: Livraria Civilização-Editora, 1983.

Ordenações Manuelinas. Ed. Mário Júlio de Almeida Costa. 5 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Leges et consvetvdines. Ed. Alexandre Herculano. 2 vols. Lisboa: Typis Academicis, 1863-1868.

Tombos da Ordem de Cristo: Comendas a sul do Tejo (1505-1509). Ed. Iria Gonçalves. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

Tombos da Ordem de Cristo: Comendas da Beira Interior Sul (1505). Ed. Iria Gonçalves. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2009.

Dicionários e obras de referência geral

Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular. Dir. Américo Costa. Porto: Civilização, 1929-1949.

Onomástico medieval português. Dir. António Augusto Cortesão. Lisboa: Imprensa Nacional, 1912.

Estudos

APARICI MARTI, Joaquín – “Mieles y ceras valencianas. Explotación y comercio de recursos naturales desde El Maestrat y Els Ports de Morella durante los siglos XIV y XV”. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval* 22 (2021), pp. 297-317.

BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV.* Vol. 4. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1922.

BEIRANTE, Maria Ângela da Rocha – “O Alentejo na 2ª metade do século XIV – Évora na crise de 1383-1385”. *Estudos Medievais* 7 (1986), pp. 119-154.

BOISSELLIER, Stéphane – *Naissance d'une identité portugaise: la vie rurale entre Tage et Guadiana: de l'Islam à la Reconquête: (Xe-XIVe siècles).* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.

BURRI, Sylvain – “L'apiculture dans les massifs des maures et de l'estérel à la fin du moyen âge”. *Provence Historique* 272 (2022), pp. 171-196.

CARLÉ, Maria del Carmen – “Fuentes complementarias de alimentación y rentas”. *Estudios de Historia de España* 5 (1996), pp. 127-165.

CARMONA RUIZ, María Antonia – “La apicultura sevillana a fines de la Edad Media”. *Anuario de Estudios Medievales* 30:1 (2000), pp. 387-421.

CATALÃO, Duarte Nuno – *Redondo no primeiro século após a fundação (1318-1418): primórdios, declínio, ressurgimento*. Évora: Gráfica Eborense, 2017.

COSTA, Henrique de Carvalho; VIANA, Abel – “Colmeias de Serpa, no século XV. O «aranzel das malhadas»”. *Arquivo de Beja* 3/4: VI (1949), pp. 349-361.

CRANE, Eva – *The World History of Beekeeping and Honey Hunting*. Cardiff: International Bee Research Association, 2011.

DUARTE, Luís Miguel – “Sarilhos no campo”. In BARROCA, Mário Jorge (ed.) – *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 299-314.

FONTES, João Luís Inglês – *Da «pobre vida» à congregação da Serra de Ossa: Génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012. Tese de doutoramento.

GOMES, Rosa Varela – “Potes meleiros islâmicos: Contributo para o estudo da importância do mel na Idade Média”. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea (eds.) – *Arqueologia em Portugal/2023: Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2023, pp. 1075-1084.

GOMES, Saul António – “Testamento de Paio Gonçalves elegendo sepultura em S. Jorge de Coimbra e deixando dádivas aos frades franciscanos de Penela e de Coimbra, entre outros legados piedosos (1235)”. *Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática* 10 (2022), pp. 96-98.

GONÇALVES, Iria – *As Finanças Municipais do Porto na Segunda Metade do Século XV*, Porto: Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 1987.

GONÇALVES, Iria – *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as inquirições de Afonso III*. Porto: Edições Afrontamento, 2011.

HENRIQUES, Francisco, *et al.* – “Os Muros-apiários da Região de Castelo Branco e Zona Envolvente”. *AÇAFA On-line* 3 (2010), pp. 2-149.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1971.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*. Lisboa: Edições Cosmos, 1986.

MARTÍNEZ JIMÉNEZ, Javier – “*Appiaria vel in civitate vel in villa*: Apiculture in the Early Medieval West”. In WALLACE-HARE, David (ed.) – *New Approaches to the Archaeology of beekeeping*. Oxford: Archaeopress Publishing, Lda, 2022, pp. 159-171.

MARTINS, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira – *Poder e Sociedade. A duquesa de Beja*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004. Tese de doutoramento.

MATTOSO, José – “A caça no Soajo”. In *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, pp. 205-211.

MATTOSO, José – “Da comunidade primitiva ao município. O exemplo de Alfaiates”, In *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, pp. 35-48.

MATTOSO, José – *Identificação de um país. Oposição, Composição*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015.

MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aguiar – *O castelo e a Feira: a Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

MORÍN DE PABLOS, Jorge; ALMEIDA, Rui Roberto de; RAMOS, Isabel Sánchez – “La apicultura en el ager de Segóbriga (Cuenca, Spain): Un caso de estudio en el centro peninsular (ss. I d.c. al XI d.c.)”. In WALLACE-HARE, David (ed.) – *New Approaches to the Archaeology of beekeeping*. Oxford: Archaeopress Publishing Lda., 2022, pp. 79-111.

OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de – “Peão ou Cavaleiro, a fortuna de um pequeno proprietário de Sesimbra em 1369”. *Arquipélago. História* (2ª série) VII (2003), pp. 269-284.

OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de – *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008. Tese de doutoramento.

OLIVEIRA, Luís Filipe – “O livro dos bens de Luís Mendes de Refóios em Sarzedas e na Sobreira Formosa”. In GONÇALVES, Iria (ed.) – *Paisagens Rurais e Urbanas: Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Primeiras Jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, pp. 169-205.

PAIXÃO, Vasco Correia – *Manual do Apicultor*. Lisboa: Ed. Autor, 1974.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes – “O mel e a cera em Portugal, na Idade Média”. In BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís (dir.) – *Olhares sobre a história. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, 447-467.

REBOREDO, Fernando; PAIS, João – “Evolution of forest cover in Portugal: A review of the 12th – 20th centuries”. *Journal of Forestry Research* 25:2 (2014), pp. 249-256.

REIS, António Matos – “Os forais antigos de Melgaço, terra de fronteira”. *Revista da Faculdade de Letras. História* 15:1 (1998), pp. 99-128.

ROSADO, Helena Bonet; CONSUELO, Mata Porreno – “Testimonios de apicultura en época iberica”. *Verdolay* 7 (1995), pp. 277-285.

SALES i FAVÀ, Luís – “A ship loaded with honey:” assessing the honey trade in the Crown of Aragon, fifteenth to sixteenth centuries.” *Journal of Medieval Iberian Studies* 14:2 (2022), pp. 298–320.

SALES i FAVÀ, Luís; SAPOZNIK, Alexandra; WHELAN, Mark – “Beekeeping in late medieval Europe: A survey of its ecological settings and social impacts”. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval* 22 (2021), pp. 275-296.

SÁNCHEZ BENITO, José M. – “Datos sobre la organizacion de la produccion apicola castellana en la baja edad media”. *Estudis d’Història Econòmica* 1 (1989), pp. 11-25.

SÁNCHEZ BENITO, José M. – “La Hermandad de los Montes de Toledo entre los siglos XIV y XV”. *Espaço, Tempo y Forma Serie III: Historia Medieval* 18 (2005), pp. 209-229.

SANTOS, Maria José Azevedo – *Vida e morte de um mosteiro cisterciense: S. Paulo de Almaziva, Hoje S. Paulo de Frades, c. Coimbra: séculos XIII-XVI*. Lisboa: Edições Colibri, 1988.

SAPOZNIK, Alexandra – “Bees in the medieval economy, religious observance and the production, trade, and consumption of wax in England, 1300-1555”. *Economic History Review* 72:4 (2019), pp. 1152-1174.

SAPOZNIK, Alexandra; SALES i FAVÀ, Luís; WHELAN, Mark – “Trade, taste and ecology: honey in late medieval Europe”. *Journal of Medieval History* 49: 2 (2023), pp. 252-274.

SEQUEIRA, Eduardo – *As abelhas. Tratado de apicultura mobilista*. Porto: Domingos Barreira, 1942.

TAVARES, Maria Alice da Silveira – *Costumes e Foros de Riba-Côa – Normativa e Sociedade*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2013. Tese de doutoramento.

TERUEL PUERTA, Virginia – *La apicultura en el medievo hispânico*. Lleida: Universitat de Lleida, 2019. Tese de mestrado.

VASCONCELLOS, Francisco de Almeida – “O compromisso de registo e regra que se hade ter nas malhadas da serra grande de Serpa”. *Arquivo de Beja* 7, III-IV (1950), pp. 277-309.

VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito – *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 1989.

VICENTE, Maria da Graça A. S. – *Entre Zêzere e Tejo Propriedade e Povoamento (séculos XII - XIV)*. 2 vols. Lisboa: Faculdade de Letras, 2013. Tese de doutoramento.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MAIA, Miguel – “Acerca de colmeias e colmeiros na Idade Média (séculos XIII-XV)”. *Medievalista* 39 (Janeiro – Junho 2026), pp. 55-85. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsb.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).